

Dossiê



Organização:
Marlon Salomon (UFG)

“AQUI SE ABRE HUM LARGO THEATRO AO ENGENHO DO
SECRETARIO PRINCIPIANTE”: A ESCRITA DE CARTAS SEGUNTO
FRANCISCO JOSÉ FREIRE (PORTUGAL-SÉC. XVIII)

Adriana Angelita da Conceição*
adrianaangelita@yahoo.com.br

RESUMO: Da antiguidade ao século XIX, a prática epistolar foi a responsável pela comunicação à distância. Entretanto, embora única e necessária, a escrita de cartas não era espontânea, pois respeitava normas, ditava regras e abria espaço para a criatividade através de uma literatura de orientação à escrita de cartas. Nesse contexto, apresentamos um breve estudo de um compêndio escrito por Francisco José Freire, declarado pelos estudiosos da epistolografia como o primeiro teórico epistolar setecentista português. Em 1745, publicou a obra “*O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*” – reeditada inúmeras vezes. Assim, através de um estudo pelas perspectivas da história cultural e social, analisou-se o compêndio pelo viés da cultura escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Escrita, Cartas, Francisco José Freire.

Em 02 de janeiro de 2020, Xavier Zaragoza, conselheiro do presidente mexicano, escreveu uma carta a Maria del Rosário Galván. Eis um trecho:

amanhecemos no segundo dia de janeiro com nosso petróleo, nosso gás, nossos princípios, *mas incomunicáveis com o mundo*. Os Estados Unidos, alegando uma falha do satélite de comunicações que amavelmente nos concedem, nos deixaram sem fax, correio eletrônico, sem rede e até sem telefones. Estamos *reduzidos* à mensagem oral ou ao *gênero epistolar*, como comprova esta carta que lhe escrevo com vontade de mastigá-la e engoli-la (FUENTES, 2005, p. 22-3).

* Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Agência de fomento: Fundação de amparo à pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp). Uma versão resumida deste texto foi apresentada no IV Congresso Internacional de História, na cidade de Maringá, em setembro de 2009, com o título *A prática de escrita de cartas no pensamento setecentista Luso - Francisco José Freire e a obra “O Secretário Portuguez”*.

Zaragoza, personagem do romance epistolar *A cadeira da Águia*, de Carlos Fuentes, estava desesperado, já que após um problema político Washington (EUA) cortou as comunicações via satélite que disponibilizava ao México. Xavier Zaragoza, ao escrever para Maria del Rosário, manifestava-se atormentado diante da condição de estar restrito à prática epistolar para comunicar-se com os distantes.

Até a criação do telégrafo, no século XIX, a carta reduziu as distâncias e permitiu aos ausentes fazerem-se presentes. Por um longo período, a prática epistolar foi a principal responsável pela comunicação à distância. Entretanto, para o mundo contemporâneo, baseado na rapidez, o retorno à prática epistolar como único meio de comunicação geraria imensos percalços. Era o que, no futuro criado por Carlos Fuentes, estava angustiando Zaragoza. Contudo, diferente de tais angústias, a prática epistolar nos séculos precedentes ocupava um outro sentido; a carta representava o singular meio de comunicação entre os distantes e transportava as notícias e sentimentos por mar e terra, através de uma percepção de tempo enfaticamente inaceitável à compreensão imediata do século XXI. Portanto, o objetivo da breve passagem pela Literatura foi introduzir a proposta deste texto: apresentar um teórico português que tematizou as sensibilidades e as necessidades da prática de escrita de cartas no passar do século XVIII.

Neste exercício de reflexão, estudaremos um compêndio escrito por Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano e visto pelos estudos da epistolografia portuguesa como o primeiro teórico epistolar setecentista¹. Na primeira metade do século XVIII, publicou a obra *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso*². Ao ser publicada, causou grande repercussão em Portugal, sendo reeditada mais de três vezes no século XVIII e uma no XIX. Porém, muitos dos manuais editados no XIX, embora não fossem edições diretas da obra de Freire, foram nela baseados.

Freire trouxe aos portugueses algumas ideias discutidas em outras partes da Europa. Assim, apontou que compôs a obra através da leitura do italiano Isidoro Nardi. Portanto, os modelos de cartas propostos foram baseados na tradição das línguas latinas, “o que já aí prova que a constituição desse gênero era um conhecimento compartilhado pelos autores das línguas românticas e que seguia o canal da tradição epistolar desde os primeiros teóricos do gênero ainda no Latim” (SIMÕES, 2007, p. 173), de acordo com José da Silva Simões.

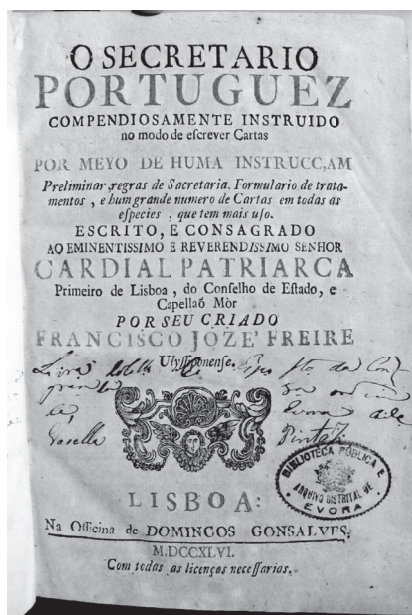


Figura 1: Capa, Exemplar da Biblioteca Pública de Évora - Portugal

Francisco Freire fez traduções diretas da obra de Isidoro Nardi, sem anunciá-las, entretanto, o seu interesse concentrava-se na possibilidade de oferecer aos secretários portugueses um importante compêndio, e não superar Nardi. Segundo Sánchez-Molero, o domínio da escrita entre os séculos XV e XVII passou a simbolizar a oportunidade de um importante papel social. Por isso, a relevância da função de secretário (SÁNCHEZ-MOLERO, 2006, p. 47). Alguns autores, ao estudarem o mundo hispânico, chegam a mencionar a formação de autênticas “dinastías de secretarios, contadores y oficiales que, con el tiempo, acabaron siendo ennoblecidos por la Corona – [...] – a través de ejecutorias de hidalguía, hábitos de caballero, encomiendas e incluso títulos, reconociéndose de esta forma su fidelidad en el servicio” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 71). A partir do século XV, dominar a escrita era fundamental entre as relações de poder. Portanto, quem possuía poder e não dominava a escrita certamente tinha ao seu lado um bom secretário.

Devemos considerar que, na Idade Moderna, embora indispensável, a escrita de cartas não foi essencialmente espontânea, fosse ela produzida

em espaços privados ou públicos. A escrita requeria cuidados, respeitava normas, abria espaço para a criatividade e seguia os valores da sociedade à qual pertencia. Desse modo, propagou-se uma literatura de orientação à escrita de cartas. Segundo Antonio Castillo Gómez, os manuais epistolares possuíam um público-alvo, “os membros de uma comunidade mais restrita composta fundamentalmente por secretários, burocratas, profissionais da escritura e, em geral, os representantes da sociedade de corte, onde mais efetiva podia ser sua funcionalidade retórica e social” (GÓMEZ, 2002a, p. 33). A constatação de Gómez também foi abordada pelo historiador português Tiago Reis Miranda, para quem o gênero epistolar expandiu-se logo no início da Idade Moderna, dentro de um projeto humanista, na tentativa de assegurar para o convívio social tipos de regras que todos pudessem acolher e entender, sendo a escrita uma das práticas sociais e culturais que mais assimilou essa ideia (MIRANDA, 2000, p. 44).

Miranda (2000, p. 50) nos diz, em relação à obra de Freire, que

nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. Esses textos põem a descoberto uma sensibilidade ainda francamente barroca, que se movia, elegante, por entre jogos de ‘louvores’, ‘engrandecimentos’ e ‘dissimulações’... Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário.

Por conseguinte, a obra de Freire fazia parte das propostas modernas para a prática de escrita de cartas.

Como de costume entre as publicações setecentistas, Cândido Lusitano iniciou a apresentação do compêndio dialogando com o poder eclesiástico e ofereceu a obra ao reverendíssimo da época. Assim, com estima e palavras de honra, deu ao reverendo o poder de aprovar ou não seu escrito,

porque dedico a V. Eminência o pouco, que a minha capacidade pode alcançar estudando na Secretaria de V. Eminência. Esta he a obrigação dos rios, restituírem ao mar as águas, que delle receberão [...] Quando imaginaria eu, que podesse conseguir a raríssima felicidade de ser meu humilde nome respeitado pelos sábios, e estenderse o respeito até onde chegar este livro? Sim o imaginey, Senhor, logo que me vi obrigado a consagrar a V. Eminência esta obra [...] (FREIRE, 1745).

Além disso, almejava que sua obra fosse recebida com presteza pela Eminência, ao dizer: assim como “V. Eminência costuma receber os humildes e ser Senhor do coração de todos, aceitar a esta obra e a premiará distintamente, mandando, que se colloque na sua copioza, e selecta Livraria”. Deste modo, com palavras enaltecedoras Freire nos permite uma aproximação com as sociabilidades setecentistas, nas quais, as redes de interdependências conduziam as relações entre os poderes em torno do rei³.

Para Francisco Freire, seu compêndio era o primeiro “que desde gênero lerá Portugal”, sendo o motivo que o impulsionara “o zelo, e amor da Pátria, virtude engrandecida por muitos e praticada por poucos”. Freire reconhecia as leituras realizadas de obras estrangeiras – já que, nesse momento, Portugal inseria-se na difusão de ideias que circulavam em outras partes da Europa, através do contato com estrangeiros⁴. Embora tenha escrito, “sim, ainda espero, que os eruditos Estrangeiros conheção, que não necessita Portugal de seus documentos, para fazer seus filhos insignes na verdadeira composição epistolar, e no honroso exercício de Secretários”. Tal reflexão condiz com as sociabilidades cortesãs, pois a honra em servir, no exercício de secretário, harmonizava-se com a importância conferida à escrita de cartas, não apenas como um meio de comunicação predominante, mas como uma prática que recorria às normas e às condutas cortesãs.

Segundo Elena del Rio Parra (p. 1) “a lo largo de los siglos XVI y XVII se va configurando todo un subgénero didáctico que atiende a la formación de los secretários, de modo que proliferan los manuales orientados tanto a su educación y comportamiento como a la manera en que deben escribir cartas”. Através do domínio do discurso escrito e dos segredos, o secretário podia ser considerado um dos principais serventes de um senhor, o que fortalecia a relação de poder e honra entre ambos.

Após a dedicatória, o compêndio apresenta as licenças que eram necessárias para a impressão e publicação. As autorizações eram constituídas de pequenos textos provenientes do Santo Ofício, Desembargo do Paço e Ordinário, e tinham como objetivo reconhecer se a obra colocaria ou não o *mundo das ideias* em desordem. A nota redigida pelo Padre D. Caetano de Gouvêa C. R. é bastante considerável para pensarmos a importância da composição epistolar como uma prática das relações de governo. Eis o que escreveu:

Todos os que sabem escrever, escrevem Cartas, porém muitos ignorão totalmente o estylo com que as devem escrever; e até muitos dos que sabem as regras deste estylo, naõ as podem pôr em pratica; porque os pensamentos hão de ter a nobreza que permite a matéria, que se trata,

a linguagem há de ser pura, a locução corrente, e elegante, e no mesmo tempo familiar, o que poucas vezes se acha junto (FREIRE, 1745).

Gouvêa afirmou que a composição de uma epístola requeria uma série de cuidados, o que se identificava com uma sociedade de etiquetas e normas. Pois era preciso saber as regras de estilo, possuir nobreza e honra nos pensamentos para articular linguagens puras e elegantes, e que não deixassem de ser familiares. Assim, somente poucos conseguiam dominar a arte de escrever cartas. Portanto, para Freire e seus colaboradores, o compêndio era um extraordinário instrumento para os que mais escreviam cartas – os secretários.

O comentário do abade Diogo Barbosa Machado também exaltou a carta entre os setecentistas: “Não se podia excogitar mais nobre empreza, do que este methodo taõ necessário ao commercio humano, com o qual sem operação milagrosa, se fazem presentes os auzentes, e se reproduzem nas quatro partes do Mundo”. Por conseguinte, a prática epistolar permitia o contato na vicissitude da ausência e da presença. Desde a Antiguidade, a escrita de cartas possui uma importante função, pois, além de aproximar, representa as práticas sociais e culturais à qual pertence.

No trecho, “com mayor assombro forma a penna em o papel de huma Carta, a imagem de quem a escreve do que a representa em hum pano a valentia do pincel; pois nelle somente se dibuxa a symetria do corpo, quando naquella se exprime a excellencia do espírito”, o abade Machado expressa que a escrita superava a pintura, já que manifestava “a excellencia do espírito”. Com isso, podemos perceber uma *mudança conjuntural* entre as percepções da prática de escrever e pintar, nos séculos XVI e XVIII.

Segundo o historiador Fernando Bouza (2002, p. 119),

durante os séculos XVI e XVII entendeu-se o ouvir, o ver e o escrever/ler como três instrumentos absolutamente válidos para conhecer e dar a conhecer, impedindo que se estabeleça uma associação prévia e automática entre conteúdos e formas de comunicação. No fundo, o que determinava o recurso às vozes, às imagens e aos textos, quando tal era possível, eram as necessidades distintas que era preciso satisfazer, as características comunicativas que eram peculiares, ou as capacidades de preservação que se atribuía a cada uma delas. Essa trindade expressiva e rememorativa posta em prática permite, além do mais, compreender melhor as relações entre a cultura letrada e a cultura não-letrada [...].

Portanto, Machado nos anuncia a diferenciação entre *ler* e *ver*, ou seja, entre a escrita e a imagem, sem que isso significasse a sobreposição de uma prática

pela outra. O comentário do abade nos permite perceber que a partir deste século a escrita e a imagem passaram a alcançar sentidos diferenciados.

Durante os apontamentos da *Instrução Preliminar*, Freire afirmou que escrever cartas era uma *necessidade de comunicação*, em um sistema social que reservava às cartas, entre outras funções, a responsabilidade de principal meio de informar os que estavam distantes. Assim, considero pertinente a reflexão do historiador Antonio Gómez (2002a, p. 32):

À medida que as cartas, missivas, mensageiras ou familiares, passaram a ser um instrumento cotidiano da comunicação escrita na sociedade dos séculos XVI e XVII, os autores dos tratados compreenderam que a melhor maneira de atender essa crescente demanda era proporcionar um mostruário, o mais variado possível [...].

Assim, os objetivos de Freire eram duplos: oferecer uma obra que fosse útil aos portugueses, bem como, pudesse lhe atribuir prestígio, dentro das sociabilidades cortesãs.

Segundo Cândido Lusitano, a obra se encaminhava “a instruir o Secretário principalmente nas regras, que há de observar, para com respeito, e louvor sustentar o caracter de sua nobre ocupação, e igualmente o da pessoa, a quem servir”. Portanto, mencionava regras que deveriam ser seguidas para que as demonstrações de respeito e honra dos secretários para com seus senhores fossem sempre as mais nobres. Deste modo, o secretário, ao compor uma carta, tornava-se o responsável por materializar a informação que o senhor necessitava enviar, devendo honrar a escrita, pois assim honrava seu senhor.

Devemos considerar que o Estado Moderno português consolidou-se através de um *ethos aristocrático* de corte fundamentado na ideia de casa e de serviço ao rei. O sentido de casa dos Grandes se baseava, segundo Nuno Monteiro, “nas obrigações impostas a todos quantos nelas nasciam” (MONTEIRO, 2003, p. 90), sustentada pela preocupação com a perpetuação – sucessão biológica – e com o acréscimo dos rendimentos. Já a ideia de serviço ao rei estruturou-se como uma necessidade evidente que a maioria dos homens de corte almejou realizar (MONTEIRO, 1998, p. 524-5). A prática de serviços mantinha-se sob a ideia de recompensa monetária e/ou simbólica, na busca por prestígio. Foi dentro deste contexto social que Freire buscou contribuir e melhorar a atuação dos secretários setecentistas lusos.

A próxima constatação de Freire foi referente à estrutura básica de composição de uma missiva, esclarecendo aos secretários as partes que

deveriam estruturar uma carta e a ordem de apresentação destas: “todas as Cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça o respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o préstimo; e no quarto se deseja felicidades”.

Para Freire, o secretário precisava sempre considerar, ao escrever, o senhor para quem trabalhava e para quem a carta estava sendo enviada. Por conseguinte, apontou sugestões de termos, expressões de engrandecimento, exaltações e congratulações, para serem usadas de acordo com a posição do destinatário, já que o secretário deveria observar quais seriam as mais apropriadas e elegantes para cada tipo de remetente.

Segundo Francisco Freire, a produção epistolar poderia ser marcada por rebuscadas composições: “aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretario principiante, para mostrar as suas ideias; porque depois de estar prático nos quatro modos sobreditos, poderá desta cauzal extrahir com facilidade muitos, e novos princípios para a sua carta”. Freire estimulava o uso da criatividade durante a escrita da carta, portanto, não invalidava a engenho do secretário, apesar de apresentar normas, elas não necessariamente deveriam ser fixas.

Os secretários precisavam ser cautelosos quanto aos seguintes aspectos: “respeito ao amo, a quem se serve; respeito das pessoas, a quem se escreve; ou acercadas matérias, de que se escreve”. Para isso, Freire estabeleceu dez regras que deveriam pertencer às qualidades de um secretário e, conseqüentemente, de sua escrita⁵. Sendo as cinco primeiras os *predicados e perfeiçoens*, e as cinco últimas os *vícios, e imperfeiçoens, de que deve fugir*.

Os predicados e perfeiçoens estavam divididos em: Segredo, Erudição, Generalidade, Reflexão e Eloquência. Entre um secretário e um senhor o *Segredo* necessitava ser conservado, sendo para o secretário “*o maior elogio, com que pòde deixar recommendada a sua memória*”. Assim, deveria ser honrado o suficiente para manter em segredo tudo que fosse de seu senhor, independente dos benefícios que pudesse desfrutar das informações. Ao elucidar o artifício de “deixar recommendada a sua memória”, Freire destacou um importante valor da sociedade de corte setecentista: a preocupação com a imagem do *eu*, que deveria ser preservada. Além disso, reforçou o que Elena Parra (p. 5) argumentou em seu texto, de que a relação entre o senhor e o secretário era uma relação de honra e poder.

Para tratar da *Erudição*, compôs um elaborado apontamento,

houve hum subtil engenho, que disse, que a Arte de escrever ensina hum maravilhoso segredo: o qual he, de pintar a palavra, fallar aos olhos, e dar

cor, e alma aos pensamentos. Se isto convêm a qualquer escrito, quanto melhor convirá as Cartas, por meyo das quaes se explicaõ, e manifestaõ os conceitos aos auzentes?

Nessa reflexão, percebemos o valor da carta como um objeto que *levava* os ausentes aos lugares mais longínquos, assim sendo uma arte que oferecia *cor* e *alma* aos pensamentos. Tal constatação cabia às missivas que circularam na esfera privada e na esfera pública, já que muitas vezes o secretário produzia os escritos de seu senhor, em ambas as circunstâncias. Assim, observamos que entre os aspectos constitutivos da sociedade de corte, estruturada em valores e afetos manifestados nas redes de interdependências, a escrita desenvolvia uma importante função.

Para a *Generalidade*, reservou poucos comentários, em que cabia ao secretário ser *geral*, ao sobrepor criatividade aos modelos sugeridos pelo compêndio, para que, de maneira fácil, profunda e ornada, pudesse compor cartas que não só noticiassem, mas também fossem agradáveis.

A *Reflexão*, entre as *perfeições* de um secretário, enfatizava a relação do senhor com o destinatário. Portanto, caberia ao secretário refletir os modos com que as notícias seriam materializadas pela escrita, “*quando houver de dar noticias de cousas presentes, será de modo, que na narração as adorne mas sem a mínima affectação: porque esta, como sabem os doutos, he o mayor vicio do escritor*”. O adorno era necessário e fazia parte da sociabilidade cortesã. Entretanto, se usado com exagero, produziria um efeito contrário.

A *Eloquência* serviria para comover e persuadir o destinatário, no favorecimento do remetente. Já que na prática de escrita de cartas setecentista, defendida por Freire, era “precizo adornar huma, e outra com as flores da eloquência”.

Entre os *Vícios e Imperfeições* de que o secretário deveria fugir estavam: a *Demora*, a *Prolixidade*, a *Aspreza*, a *Ignorância* e a *Escuridade*. Para a *Escuridade*, Freire declarou que “as Cartas, como expressoens de hum coração a outro, nunca se pode saciar de clareza”. A escrita deveria ser límpida para que as expressões do *coração* fossem profundas e atingissem os objetivos almejados, sem confundir as intenções.

Em suma, com uma profunda leitura de *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*, constatamos que a prática de escrita epistolar, além de ser um meio de comunicação e de nos preservar dados do passado, nos permite uma aproximação com as sensibilidades de seu tempo, pois através dos indícios que resistiram ao passar dos séculos, nos aproximamos das sociabilidades setecentistas, baseada em

normas de etiqueta, valores e redes de interdependências. Segundo Pesavento, “recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou” (PESAVENTO, 2004, p. 9).

Francisco Freire encerrou a *Instrução Preliminar*, apresentando um poema de Braz Jozé Rebello Leite, composto especialmente para o compêndio.

Não se lastime alguém de pouca sorte,
sem ter em que ocupe como honrado,
Secretario será lendo este livro,
Porque haja hum livro já, que lucre um cargo.

Segundo Braz, o homem de pouca sorte – sem ocupação – ao ler *O secretario portuguez*, teria instrumentos para conquistar a nobre função de secretário, “Porque haja hum livro já, que lucre um cargo”. De fato, à medida que a escritura se estruturava como um instrumento de poder das relações de governo, especialmente após as conquistas, o cargo de secretário auferia destaque. Segundo o historiador Hernandez, “la correspondencia fue, pues, un elemento esencial de la sociabilidad cortesana hasta el punto de que cualquier caballero que se preciara de avisado debia procurarse de recepción puntual de la información que precisara para satisfacer sus intereses” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 81). Com o crescimento da importância conferida à escrita, o cargo de secretário também se tornava imponente.

Após o poema, Freire partiu para uma nova etapa, dividindo as missivas em três gêneros: Demonstrativo, Judicial e Deliberativo. Tal divisão não foi criada por Francisco Freire, pois pertence à estruturação de uma *Nova Epistolografia*, que começou a diferenciar-se dos modelos provenientes da Antiguidade, como estudou Alcir Pécora (PÉCORA, 2001, p. 23). Essa mudança foi iniciada por Erasmo de Rotterdam, na obra *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar, de 1520*. Na parte *Da divisão em gêneros*, Erasmo de Rotterdam escreveu: “Visto que, portanto, três sejam os gêneros de causas (demonstrativo, deliberativo, judicial) dos quais o orador se utiliza, [...], a esses três todas as espécies de cartas podem ser reduzidas” (TIM, 2005, p. 120).

Cada gênero era formado por cartas divididas em temas. No gênero Demonstrativo existem as cartas denominadas de *Parabéns*, de *Oferecimento*, de *Agradecimento*, de *Avizo*, de *Louvor*. No gênero Judicial, as de *Desculpa*, de *Justificação*, de *Queixas*. E no gênero Deliberativo, as cartas de *Pezames*, de *Recomendações*, de *Boas Festas*, de *Consolação*, de *Exhortação* e de *Conselho*.

Para cada tema epistolar, o autor elaborou uma introdução, explicando a função daquele determinado tipo de missiva, nomeada como *Livro de Advertência*. Cada *Livro* englobou um tipo de carta, dentro dos gêneros sugeridos, apresentando exemplos de missivas, além de respostas.

Desse modo, apresento algumas observações feitas no *Livro de Advertência* das cartas de *Queixas*, Freire escreveu,

Grande alivio verdadeiramente experimenta hum homem afflicto, quando tem hum bom amigo; a quem communique a sua dor, e Sentimento, não só porque os males communicados se suavizaõ, mas porque o amigo compadecendo-se das suas affliçoens, o consola por meyo de cartas; e he este hum particular prilégio da verdadeira amizade [...].

Percebemos que as cartas superavam a ideia de informar e agitavam as sensibilidades daquele tempo, pois o privilégio da *verdadeira amizade* poderia ser garantido através da prática epistolar.

Para as cartas de *Consolaçam*, Francisco Freire diz que o secretário deveria saber consolar com sua escrita tanto as perdas materiais quanto as pessoais,

logo insensivelmente hiremos uzando de todas as razoens, que podem mitigar a pena, dizendo por exemplo, que a perda não he tão grave; como parece, ou que he de pouca duração; e então daremos esperanças, de que a fortuna mudará de rosto.

Portanto, a perda poderia ser penosa, mas devia-se *mitigar a pena* para que não parecesse tão grave. Neste ponto, podemos perceber o quanto o domínio das aparências era fundamental entre as sociabilidades de corte⁶.

Para o autor, as cartas denominadas como de *Avizo* carregam o objetivo principal de uma carta, ou seja, passar uma notícia adiante, “Por tanto, devendo ser a Carta hum Mensageiro, que exponha a outrem o nosso pensamento, e negocio, devemos logo no princípio captar a benevolência do amigo, e só podemos evitar em trás occasioens”. Como um *fiel mensageiro*, a carta deveria ser bem elaborada, já que representava o remetente diante do destinatário. Assim, uma carta de *Avizo* deveria observar seis qualidades: “brevidade, clareza, probabilidade, elegância, desembaraço, e propriedade”, para que o secretário pudesse fazer de sua escrita um verdadeiro mensageiro e representante de seu senhor.

Em meio aos exemplos sugeridos pelo autor, para as cartas de *Avizo*, a carta 19 é bastante interessante para pensarmos as relações dentro da sociedade de corte. Eis a sugestão de Freire para um aviso de retorno,

Dou a V. Excellencia parte em como, depois de huma tão prolixa jornada, cheguei hontem a esta Corte com feliz successo; e por este precizo acto da minha fiel servidão, reconhecerá evidentemente V. Excellencia, que nem a larga distancia, nem o dilatado curso de muitos annos me poderão fazer esquecer de V. Excellencia; e se em mim se deste tão indigna acção, offenderia gravissimamente as invioláveis leys da amizade, que V. Excellencia me professa, e também as da gratidão, pelos muitos benefícios que a sua natural benignidade me tem feito.

Dentro de uma mensagem que tem como proposta essencial avisar um retorno, percebemos deleites de etiqueta e valores continuamente lembrados dentro da vida cortesã. Pois a *fiel servidão* não é esquecida nem pela *larga distancia*, mas, sim, constantemente lembrada pela *gratidão* conferida ao superior. Como analisou Norbert Elias (2001, p. 29), a sociedade de corte é fortemente marcada por redes de interdependência.

As advertências de Freire para as cartas de *Exhortaçam e Concelho*, foram as seguintes:

Porém a persuasão uza de provas, e a exhortação para mover os affectos, serve-se de estímulos, os quaes se costumaõ extrahir de dez fontes, que são as seguintes: do louvor, da esperança, do temor, do ódio, do amor, da mizericordia, da emulação, da expectação, dos exemplos e dos rogos. [...] Também por meyo do odio, amplificando o dos inimigos, a crueldade, a infidelidade, o atrevimento, a insolência.

Do mesmo modo, percebemos que entre os amigos as práticas de animar e dar conselho deveriam ser bem definidas, para evitar a ambiguidade existente entre o *ódio* e o *amor*, já que aconselhar deveria ser uma atitude dotada de prudência.

Advertimos em ultimo lugar, que toda a exhortação se deve adoçar, como quazi sempre fez Cícero, para que não haja pique; e assim diremos, lhe propomos a tal couza para augmento da sua fama, o que como amigos dezejamos, e não porque se entenda, que he tal, que necessita de exhortaçoes, e de concelhos.

Em relação aos conselhos, as palavras deveriam ser bem *amarradas* para que o principal objetivo não fosse colocado de maneira aberta e direta.

As cartas do *Gênero Misto* articulavam diversos assuntos, assim o secretário precisaria dominar diferentes tipos de carta. No entanto, Freire apontou ressalvas,

Unicamente em quanto á ordem devemos advertir, que os negócios públicos se não devem misturar com os particulares, nem as couzas passadas confundir com as futuras; antes se devem escrever separadamente, para mayor clareza, e intelligencia de quem ler; porém com um tac artificio, que huma couza se vá encadeando com outra.

Como vemos, Freire alertou os secretários em relação à disposição dos assuntos, para que cada notícia, pedido, lamento, ocupasse o seu devido lugar. Sugeriu que os secretários fossem ativos, ou seja, que fizessem suas intervenções quando necessárias, expondo: “segundo a occasião, e o bom gosto o pedir; porque não ignoramos, que tudo se póde melhorar, até chegar à sua ultima perfeição”.

As cartas de *Desculpa e de Justificação* foram cuidadosamente refletidas no *Livro de Advertência*. A pessoa que precisasse de desculpas deveria reconhecer os erros e veementemente pedir perdão. As observações e/ou dicas de Freire se confluem com as práticas sócio-culturais das sociedades de corte, pois receber ou não o perdão de um superior, refletia as sensibilidades compartilhadas. Segundo Norbert Elias, “qualquer perda de privilégio significava um esvaziamento de sentido de suas existências. Em função disso, cada um deles tinha de cumprir também, com os deveres de representação que estavam ligados às posições e aos seus privilégios” (ELIAS, 2001, p. 95).

Segundo Freire, mesmo admitindo o erro, era necessário rogar, acalmar, reconhecer a bondade do outro para que o perdão fosse conquistado, especialmente, se o *outro* fosse um superior. Pois dever-se-ia manter as posições e privilégios para que os sentidos compartilhados entre os membros de sociedade de corte não fossem *esvaziados*. Deste modo, escreveu:

Se for indubitável o erro, e impossível dar huma desculpa que satisfaça, recorreremos aos rogos, pedindo perdão a pessoa offendida, e artificiozamente louvaremos a sua bondade, e clemência, que podem, e sabem perdoar couzas graves. Hiremos insensivelmente diminuindo a culpa com todo modo, e artificio possível, especialmente pelo lugar commum da fragilidade da natureza humana.

Freire recorreu à “fragilidade da natureza humana”, dentro do que estamos discutindo como práticas da sociedade de corte, para que o perdão fosse almejado, pois no artificio das palavras o *coração* seria atingido. Ainda escreveu, “ultimamente rogaremos à pessoa offendida, que tire de si toda

a suspeita; que se fie da nossa amizade, e a queria experimentar em muitas occasioens do seu serviço, e este offerecimento se fará com muita humilhação, se a pessoa nos for superior” (FREIRE, 1745, p. 215), e esse tipo de carta se “escrevem em estylo declamatório, pertencem ao gênero judicial; e se de outro modo, ao Deliberativo”.

Francisco Freire encerrou sua obra com a apresentação de um *Formulário de Tratamentos muy necessario ao Secretario portuguez*. Esclareceu que o secretário deveria saber o devido tratamento que cada membro da hierarquia *Ecclesiastica* e *Secular* receberia, pois um superior não aceitaria um tratamento diminuto e um tratamento superior indevido seria uma ofensa. Tal questão deveria ser bem observada, “para que não nasça por culpa sua algum pique” (FREIRE, 1745, p. 429), pois,

Escrevendo-se a Duques, Marquezes, e Condes, se lhes deve dar, como Grandes do Reyno o tratamento de Excellencia. No alto da Carta se porá Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor. No corpo della: V. Excellencia: e depois do fim ao lado esquerdo: Illustrissimo, e Excentissimo Senhor. E esta mesma formalidade se deve praticar com os Secretários de Estado (FREIRE, 1745, p. 432),

e também com os vice-reis. Assim, Freire almejava uma totalidade, envolvendo toda a estrutura de composição da carta. Junto à formulação de tratamentos o autor também apresentou um *Formulário de Sobrescritos*, dizendo “fechará o Secretario a Carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Por lhe há Sineta, que será pequena, se a pessoa for superior, mayor alguma coisa, se for igual, e grande, se for inferior”.

O que acabamos de realizar foi um pequeno esboço analítico de *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*, uma ilustre fonte de pesquisa para o estudo da epistolografia na Idade Moderna. Freire pretendia, além de prestígio pessoal, oferecer um manual que fizesse dos secretários portugueses grandes na arte da escrita epistolar. Entretanto, se os secretários usaram ou não sensivelmente a obra, não nos cabe discutir, mas, sim, analisar a emergência de sua composição e reedições, em um espaço no qual a carta consagrava-se como um instrumento de comunicação, de poder e de manifestação das sensibilidades.

“AQUI SE ABRE UM LARTO THEATRO AO ENGENHO DO SECRETÁRIO PRINCIPIANTE”: WRITING LETTERS ACCORDING FRANCISCO JOSÉ FREIRE (PORTUGAL - CENTURY.XVIII)

ABSTRACT: From antiquity to the nineteenth century, the epistolary practice was responsible for long-distance communication, however, although unique and necessary, letter writing was not spontaneous, as respected standards dictating rules and making room for creativity through a literature guide the writing of letters. In this context, we present a brief study of a compendium written by Francisco José Freire, declared by scholars as the first letters have theoretical eighteenth-century epistolary Portuguese. In 1745 he published “*O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas*” – reprinted numerous times. Thus, through a study by the prospects of Cultural and Social History, we analyzed the compendium from the perspective of Written Culture.

KEYWORDS: Written Culture, Letters, Francisco José Freire.

NOTAS

- 1 Francisco José Freire nasceu em Lisboa no ano de 1719 e faleceu em 1773. Coursou estudos de humanidades no colégio de Santo Antão, pertencente à Companhia de Jesus. Foi conhecido por sua erudição e persistência em produzir muitos serviços a Portugal através das Letras. Freire, por meio de seus escritos, apresentava um nobre pensamento com o objetivo de ser útil à Pátria, proporcionando a mocidade portuguesa bons estudos, em um momento em que Portugal inseria-se nos propósitos Iluministas. Para alguns autores, Freire inspirou-se na obra *Verdadeiro Método de Estudar*, do padre oratoriano Luis Antonio Verney. Por conseguinte, essa possível simpatia de Freire às ideias de Verney ainda causa contradições entre a historiografia portuguesa, pois muitos apontam as inúmeras intrigas entre eles. Freire teve mais de três dezenas de obras impressas, além dos manuscritos. Entretanto, algumas obras não existem mais e somente são conhecidas pelo registro em antigos catálogos. Atualmente, a biblioteca de Évora reúne o maior acervo das obras de Freire. Conferir: *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudo de Innocêncio Francisco da Silva. Aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo 2º. Lisboa, imprensa Nacional, 1849; e SILVA, 2003.
- 2 O exemplar consultado integra o acervo de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A obra está bastante danificada e esclareço que todas as citações manterão a ortografia do original. A imagem da capa pertence a um exemplar do acervo da Biblioteca de Évora, em Portugal, e foi cedida por José da Silva Simões.
- 3 Muitos historiadores utilizam a expressão *redes clientelares*, porém eu opto por utilizar o termo *laços múltiplos de interdependência*, como Fernanda Olival, pois acredito que consegue definir melhor o que essa relação significou para os portugueses, na Idade Moderna (OLIVAL, 2001).

- 4 Nos estudos de Falcon temos uma reflexão interessante para esta questão: “[...] o fenômeno do ‘estrangeiramento’ como sendo o produto de uma cisão entre aqueles que, viajando e conhecendo outras realidades, ou, entrando em contacto com os que vinham de fora, militares e diplomatas de outras nações, puderam mudar suas maneiras de ver e de sentir, e os demais que, insulados, ficaram impermeáveis a tudo que viesse do estrangeiro. Foi esse o ponto de partida para a divisão ideológica entre nacionais ou ‘castiços’ e os ‘estrangeiros’, questão magna da Ilustração portuguesa [...]” (FALCON, 1982, p. 204).
- 5 Segundo Tiago Miranda, as dez regras citadas por Freire são baseadas na leitura que ele fez da obra do italiano Isidoro Nardi, pois o mesmo dividiu os dez princípios primordiais em cinco virtudes e cinco defeitos: *Segretezza, Erudizione, Generalità, Riflessione, Eloquenza, Tardità, Ampliezza, Rigidezza, Ignoranza e Oscurità* (MIRANDA, 2000, p. 46).
- 6 A socióloga Claudine Haroche no livro *Da palavra, ao gesto* aponta importantes considerações referentes à *cultura das aparências*, entre os membros da sociedade de corte (HAROCHE, 1998).

REFERÊNCIAS

- BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura* (14). Lisboa: CHAM/Centro de História da Cultura; Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- FALCON, Francisco José Calazanas. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FUENTES, Carlos. *A cadeira da águia*. Tradução de Marcos Arzua. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. *Historia de la cultura escrita: Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.
- _____. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In.: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002a.
- HERNÁNDEZ, Santiago Martinez. Memória aristocrática y cultura letrada: usos de la escritura nobiliária en la Corte de los Austrias. In: BOUZA, Fernando (Org.). *El escrito en la corte de los Austrias. Cultura Escrita & Sociedad*, Astúrias, n. 03, 2006.

- MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM, 1998.
- _____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imp. de Ciências Sociais, 2003.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- PARRA, Elena del Rio. *La figura del secretario en la obra dramática de Lope de Vega*. Disponível em: <www.ucm.es/info/espetaculo/numero13/secretos.html>.
- PÉCORÁ, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SÁNCHEZ-MOLERO, José Luis Gonzalo. La evolución del aprendizaje de la escritura en la corte de Felipe II. In.: BOUZA, Fernando (Org.). El escrito en la corte de los Austrias. *Cultura Escrita & Sociedad*, Astúrias, n. 03, 2006.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777). *Revista Intellectus*, ano 2, v.3, 2003.
- SIMÕES, José da Silva. *Sintatização, Discursivização e Semantização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.
- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão 1896-1934*. 3. ed. São Luís. Associação Comercial do Maranhão, 1962.

